

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

PROJETO DE LEI Nº 4.232, DE 2001

Dá nova redação ao art. 20 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, que "altera a legislação do imposto sobre a renda relativa a incentivos fiscais, estabelece novas condições operacionais dos Fundos de Investimentos Regionais e dá outras providências.

Autor: Deputado Clementino Coelho

Relator: Deputado João Sampaio

I - RELATÓRIO

De autoria do Nobre Deputado Clementino Coelho, a proposição em exame sugere a modificação do art. 20 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, reduzindo de 3% para 0,5% ao ano, devidos mensalmente, a taxa correspondente à remuneração ao banco operador, pela administração dos recursos dos fundos de investimentos regionais, devidos mensalmente, calculados sobre o valor do patrimônio líquido do respectivo fundo, a título de serviço de administração de carteiras.

O Projeto de Lei em exame modifica também a remuneração ao banco operador, pelo aumento de 1,5% para 3%, calculados sobre o valor de cada liberação de recursos pelo respectivo fundo, da remuneração para custeio de atividades de pesquisa e promoção.

Em sua justificção, o Nobre Proponente argumenta que a mudançça proposta visa a estimular a análise de projetos e a liberaçção de

recursos, na área do desenvolvimento regional, pelo aumento da remuneração por esse tipo de operação e pela redução da remuneração calculada com base no patrimônio líquido dos fundos.

O percentual de 3%, que atualmente incide sobre o patrimônio líquido dos fundos de desenvolvimento regional, propicia aos bancos operadores, na opinião do Autor, uma remuneração exagerada, o que acaba fazendo com que estes se acomodem, no que respeita à agilização da análise e avaliação de propostas relacionadas à promoção de investimentos e ao financiamento de projetos na área regional.

Já o aumento proposto, de 1,5% para 3%, do percentual incidente sobre a liberação de recursos visa, segundo o Proponente, o mesmo objetivo, ou seja, estimular e agilizar a aprovação de projetos e a liberação de recursos para os empreendimentos produtivos relacionados ao desenvolvimento regional.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição em exame.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Com a recente extinção das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, vários problemas relacionados ao antigo sistema brasileiro de fomento ao desenvolvimento regional vieram à tona, deixando claro que muita coisa precisa ser mudada nesse setor.

Entre as questões mais cruciais para a reformulação do antigo modelo, destacou-se a necessidade de se lograr uma forma de agilizar a análise de projetos de desenvolvimento regional e o processo de liberação de recursos, fazendo com que estes pudessem chegar de forma rápida e segura a seus pleiteantes.

A proposição em exame visa a corrigir essa falha da antiga legislação, no que respeita aos fundos de desenvolvimento regional, propondo uma forma de aumentar o percentual de verba disponível para investimentos nos setores produtivos das regiões menos desenvolvidas do País.

Como bem enfatiza o Nobre Proponente, a redução da remuneração dos bancos operadores, sugerida pelo projeto de lei em análise, não é uma medida incomum ou de exceção, uma vez que já foi adotada em relação aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste com a mesma finalidade.

Acreditamos, portanto, tratar-se, a presente proposição, de uma iniciativa que vai contribuir de forma decisiva para a reformulação do antigo sistema de fomento ao desenvolvimento regional, permitindo sejam liberados mais recursos para as atividades produtivas e reduzindo o espaço das atividades bancárias especulativas que envolvendo dinheiro público.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 4.232, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado João Sampaio
Relator

Documento 105845.015